

Novo aterro, com urgência

Joana Wightman

Para onde vai o Lixão da Estrutural? Há quase duas décadas o GDF discute os rumos do aterro que existe desde a inauguração da capital e cresceu desordenadamente nos últimos anos. Fonte de renda para uns, preocupação ambiental para outros. Para esclarecer as dúvidas sobre o plano de desativação do Lixão e a criação de um novo aterro sanitário, em Samambaia, foi realizada ontem uma Plenária Popular, no Galpão Comunitário da Estrutural.

Os catadores de materiais recicláveis reivindicaram que a nova área deveria ser instalada na própria cidade e, assim, garantir o sustento de cerca de 1,6 mil moradores da Estrutural que dependem dos resíduos. Segundo a diretora-geral do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Fátima Có, o processo não tem mais volta e a transferência já está acertada, aguardando apenas a aprovação de um projeto na Câmara Legislativa que autoriza a concessão para a empresa que fará o aterro sanitário.

"Sabemos que o Lixão tem que ser fechado, mas queremos ficar por aqui e ter a garantia que os recursos dos materiais recicláveis serão destinados aos catadores", assinalou a diretora financeira da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do DF (Centcoop-DF),

"O Lixão só será desativado quando a outra área estiver pronta, e isso pode levar até mais de um ano"

FÁTIMA CÓ, DIRETORA-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Maria Conceição Brito.

"Acabar com o Lixão é consenso. Porém, uma das exigências do Banco Mundial (que destinará R\$ 8 milhões ao projeto) foi que ele não ficasse na Estrutural, pelo histórico de degradação à região", respondeu a diretora do SLU. Ela esclareceu que os catadores serão transferidos para três galpões no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), onde haverá centros de triagem dos resíduos.

■ **Coleta**

Além disso, o SLU fará a contratação de cooperativas para auxiliar no Programa de Coleta Seletiva, a ser implementado

em todo o DF até março de 2009. Segundo dados da Caemge Ambiental, empresa que atualmente administra o Lixão, a renda dos catadores, em torno de R\$ 400, poderia passar para R\$ 900 nos centros de triagem.

Os planos para o futuro aterro sanitário estão acertados, mas ainda não há prazo para sua criação. "O Lixão só será desativado quando a outra área estiver pronta, e isso pode levar até mais de um ano", estima Fátima, que enumera as vantagens da mudança: "Os aterros sanitários funcionam como verdadeiras fazendas de lixo. Os materiais são depositados em camadas, o gás metano é canalizado e não há mau-cheiro".

Ela acrescentou que o aterro não contamina o solo porque não deixa o lixo ser infiltrado. "É um local totalmente impermeabilizado". Outro projeto em tramitação na Câmara Legislativa trata da reestruturação da Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal (Adasa) que deverá ficar responsável pela política de resíduos sólidos.

Batizado de Aterro Sanitário do Jôquei Clube, o depósito de resíduos ganhou o nome popular de "Lixão da Estrutural" e atraiu pessoas de diversas regiões em busca de trabalho. A área, que corresponde a 180 campos de futebol, faz divisa com o Parque Nacional de Brasília, e os detritos ameaçam o solo e os lençóis freáticos.



■ FÁTIMA CÓ (C): BANCO MUNDIAL DARÁ R\$ 8 MILHÕES, MAS EXIGE TRANSFERÊNCIA DA ESTRUTURAL

PAC requer realocação

A Estrutural é a segunda maior área de invasão do DF — perde apenas para Itapoá, no Paranoá. O local acompanhou o crescimento da capital. Na década de 1960, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao Aterro Sanitário do Jôquei Clube e, nos anos 90, a ocupação ganhou força. Em 2004, a região já concentrava 25 mil habitantes; hoje, são 35 mil.

Para muitas pessoas, até agora faltou vontade política dos governos para resolver o problema do Lixão e o caos

que havia sido instalado no assentamento, conhecido pelos altos índices de violência. Mas aos poucos, a ocupação irregular está mudando de cara e ganhando ares de cidade, com a urbanização promovida pelo governo.

O Programa Brasília Sustentável destinou R\$ 300 milhões para obras de infraestrutura, entre elas asfalto, rede de águas pluviais e esgoto. Além disso, a cidade também recebeu R\$ 58 milhões de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Porém, para imple-

mentação do projeto urbano da área, 904 famílias precisarão ser realocadas.

O GDF prometeu arcar com os custos de construção das moradias e instalação de água e energia elétrica. Até agora, 53 famílias já deixaram suas casas, sendo que 22 optaram por receber o aluguel social do GDF e outras 31 foram para um local provisório. Cerca de 70 chacareiros também precisaram ser removidos e 32 deles já foram reassentados no Núcleo Rural Monjolo, que fica no Recanto das Emas.